



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Macuco
Poder Legislativo

*Ata MCCCCLVI da Sessão Ordinária da Oitava Legislatura
da Câmara Municipal de Macuco, realizada no dia
22 de setembro de 2025, às 17h,
Na forma regimental;*

Ata da 29ª (vigésima nona) Sessão Ordinária, do 1º (primeiro) Período Legislativo, da 8ª (oitava) Legislatura da Câmara Municipal de Macuco, realizada aos vinte e dois dias do mês de setembro de 2025, na Travessa Mercedes Monteiro Machado n.º 43, na cidade de Macuco, neste Estado. Presente no ato todos os Vereadores. O Presidente José Hugo Marcílio Martins Carvalho Neto deu por aberta a Sessão. Ato seguinte colocou a Ata da Sessão Ordinária do dia 15 de setembro de 2025 em Única Discussão e Votação a qual foi aprovada por unanimidade. A palavra foi franqueada ao Pequeno Expediente. Fez uso da palavra o Vereador Adenilson da Costa Pereira o qual cumprimentou os presentes, colegas Vereadores e internautas que acompanhavam a sessão pelas redes sociais. Relatou estar triste com a situação vivida na Casa Legislativa, ressaltando que, em seu segundo mandato, jamais presenciara acontecimentos semelhantes no anterior. Declarou sentir-se desrespeitado, uma vez que todos os Vereadores devem ser tratados de forma igualitária, independentemente do cargo ocupado na Mesa Diretora. O parlamentar destacou que, conforme o combinado, respeitando o protocolo da Câmara, a pauta da sessão deveria ser fechada na quinta-feira, ocasião em que protocolou um Requerimento que, embora entregue ao Secretário da Casa, não foi incluído na ordem do dia. Informou ter contactado a servidora responsável pelo protocolo, que confirmou a entrega ao Secretário, mas, ainda assim, o documento não foi pautado. Diante disso, solicitou, de forma verbal e com base no artigo 106, parágrafo primeiro, que seu Requerimento fosse lido e votado na sessão em andamento. Concluiu. Fez uso da palavra o Vereador Alberto de Oliveira Herdy o qual cumprimentou a todos e compartilhou do sentimento exposto pelo Vereador Adenilson. Declarou que nunca tivera problemas em mandatos anteriores, mas que recentemente enfrentou dificuldades. Relatou que, no dia 11 de setembro, em reunião com o Presidente, acompanhado do Vereador Plínio e do Secretário-Geral da Casa, solicitou a utilização de veículo oficial para compromisso no dia 17. Disse que o pedido foi inicialmente atendido e anotado, tendo recebido a informação de que seria contactado por servidor da Câmara, o que não ocorreu. Em consequência, perdeu a agenda marcada. Ressaltou que, em gestões passadas, mesmo sem vínculo político direto com os Presidentes, sempre teve seus pleitos atendidos com igualdade e respeito. Assim, requereu verbalmente que a Casa informe, em relação ao mês de setembro, quais viagens foram realizadas, respectivos destinos, motivos e Vereadores solicitantes; bem como,

especificamente, se o veículo foi utilizado na data de 17/09, por quem e com qual destino. Caso não tenha havido utilização, solicitou explicação quanto à negativa do pedido. Concluiu. Fez uso da palavra o Vereador Leandro Abreu Spindola, que cumprimentou colegas, público presente e internautas. Em seguida, cobrou da Chefe do Executivo explicações acerca da pavimentação da entrada da Boa Vista, destacando a importância da obra por dar acesso a fábrica de água mineral que gera emprego, renda e divulga o nome do município em todo o Estado. Informou que o recurso foi destinado pelo Deputado Bruno Boaretto, mas o convênio ainda não fora assinado pela Prefeita. O Vereador também chamou atenção para os direitos garantidos pela Lei Complementar nº 013/2021, Art. 20, § 3º, que isenta de tributos determinados cidadãos portadores de doenças graves, desde que atendidos os critérios legais relacionados à área construída, valor venal e renda familiar. Enfatizou que os munícipes com esse direito devem procurar a Secretaria Municipal de Fazenda para requerê-lo. Concluiu. Fez uso da palavra o Vereador Plínio Cesar Daflon Vieira o qual cumprimentou os presentes e relatou ter encaminhado ofício à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Defesa Civil solicitando informações sobre os imóveis interditados em razão das chuvas do último período. Ressaltou sua preocupação com a aproximação do período chuvoso e com o risco de novas ocorrências, destacando que muros ainda permanecem caindo e que não há informações claras sobre as providências tomadas. Solicitou que a Secretaria informe a localização, os motivos das interdições e as medidas adotadas pela Prefeitura em cada caso, a fim de subsidiar o trabalho de fiscalização do Legislativo e prevenir possíveis tragédias, concluiu. O Presidente se manifestou declarando não compreender a preocupação de alguns Vereadores quanto à utilização do veículo oficial, lembrando que a Câmara dispõe de apenas um carro, o qual deve atender às demandas institucionais dentro da disponibilidade existente. Ressaltou que, embora nem sempre seja possível atender a todos os pedidos, a liberação é feita conforme as possibilidades. O Presidente afirmou que lhe causava estranheza o excesso de solicitações relacionadas ao uso do carro, quando, em contrapartida, não recebia Requerimentos questionando áreas fundamentais como saúde, assistência social ou educação. Considerou evidente tratar-se de perseguição política e pessoal. Explicou que o veículo solicitado pelo Vereador Alberto, de fato, havia sido inicialmente liberado, mas, devido a outra demanda, não foi possível atender ao pedido, e posteriormente a agenda foi desmarcada, impossibilitando a remarcação. Destacou que exerce sua função de Vereador e fiscalizador, mas que não pode colocar interesses individuais acima das prioridades da Casa. No decorrer da fala, houve momentos de tensão e troca de palavras entre o Presidente e Vereadores, tendo o Presidente solicitado respeito e ressaltado que não buscava intimidação ou confronto. Reforçou que, se necessário, o motorista da Câmara poderia ser chamado para esclarecer todas as viagens realizadas, não apenas no atual mandato, mas também nos anteriores. O Presidente ainda frisou que, apesar das divergências, continuará liberando o carro dentro das condições possíveis, e que cada Vereador, em seu devido momento, compreenderia as limitações impostas pelo cargo de direção da Casa. Na sequência, colocou em Votação o Requerimento apresentado pelo Vereador Adenilson da Costa Pereira. Esclareceu que os Vereadores que concordassem permaneceriam sentados, enquanto os contrários se manifestariam de pé. Após a Votação, o Requerimento foi aceito. Também foi registrado Requerimento Verbal do Vereador Alberto de

Oliveira Herdy, o qual foi encaminhado à Votação e aceito pela maioria dos pares. Não havendo mais quem quisesse fazer o uso da palavra no Pequeno Expediente, o Presidente solicitou o Secretário Geral para que fizesse a leitura do Grande Expediente. No Grande Expediente foi feita a leitura dos Pareceres favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Comissão de Finanças, Orçamento e fiscalização Financeira e Comissão de Saúde e Assistência Social referente ao Projeto de Lei N.º 016/2025 de autoria do Vereador Alessanio Badini Joy que dispõe “A realização do “teste da linguinha” em recém-nascidos, nas unidades de saúde do município de Macuco.”; da Indicação N.º 134/2025 de autoria do Vereador Bruno Miranda Cardoso “Que seja realizado reparo geral no escadão da Rua Professor Sílvio Cardoso, no bairro Barreira; com a instalação de corrimão, melhoria da iluminação pública e urbanização do entorno.”. A palavra foi franqueada ao Grande Expediente. Fez uso da palavra o Vereador Alessanio Badini Joy o qual cumprimentou os presentes, colegas Vereadores, servidores da Casa e internautas que acompanhavam a sessão. Antes de tratar do Projeto de Lei de sua autoria, solicitou ao Presidente que fosse disponibilizada aos Vereadores, conforme prevê o artigo 220 do Regimento Interno, a cópia do Requerimento escrito pelo munícipe referente ao pedido de tribuna livre, protocolado com antecedência mínima de 24 horas. Na sequência, apresentou o Projeto de Lei nº 16/2025, que dispõe sobre a realização do “teste da linguinha” em recém-nascidos atendidos nas unidades de saúde do município de Macuco. O Vereador agradeceu aos membros das Comissões pela compreensão e Pareceres favoráveis à matéria, explicando que o teste consiste em protocolo de avaliação do frênulo lingual dos bebês, comumente chamado de “língua presa”, cientificamente denominado anquiloglossia. Ressaltou que o procedimento é simples, indolor e realizado por profissionais competentes da saúde, como fonoaudiólogos e pediatras, sendo de grande relevância para diagnosticar e indicar o tratamento precoce, evitando prejuízos na amamentação, deglutição, mastigação e fala. Enfatizou que, embora o exame costume ocorrer ainda na maternidade, muitas vezes deixa de ser feito, ocasionando problemas futuros. Destacou não haver custos adicionais para a Rede Municipal de Saúde e pediu o apoio favorável dos colegas Vereadores, salientando a importância do Projeto para a qualidade de vida da população. Concluiu. Fez uso da palavra o Vereador Leandro Abreu Spíndola, que declarou apoio ao Projeto apresentado pelo Vereador Alessanio Badini Joy, afirmando que seu voto seria favorável a todas as proposições que trouxessem benefícios à população, independentemente de autoria. Registrou também seu apoio ao Projeto do Vereador Adenilson da Costa Pereira, que reconhece como Patrimônio Cultural o Concurso Leiteiro do município, destacando a importância da iniciativa, sobretudo para aqueles que, como ele e o colega, têm origem na área rural e são produtores de leite. Reiterou que seu posicionamento é pautado sempre no interesse da população de Macuco. Concluiu. Não havendo mais quem quisesse fazer o uso da palavra no Grande Expediente, o Presidente passou para a Ordem do Dia. Colocou os Pareceres favoráveis das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Comissão de Finanças, Orçamento e fiscalização Financeira e Comissão de Saúde e Assistência Social referente ao Projeto de Lei N.º 016/2025 de autoria do Vereador Alessanio Badini Joy em Única Discussão e Votação os quais foram aprovados por unanimidade. Na sequência, colocou o Projeto de Lei em tela, em Única Discussão e Votação o qual foi aprovado por unanimidade. Colocou a Redação Final do referido Projeto de Lei em Única Discussão e



Votação a qual foi aprovada por unanimidade, foi à Sanção. Em seguida, encaminhou a Indicação do Nobre Vereador, apresentada e lida na sessão a Chefe do Poder Executivo. Não havendo mais nada a tratar o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão, e para constar, Eu, Leandro Carvalho Queiroz, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Presidente _____ e pelo 1º Secretário _____.